



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

RUA DIREITA - UM TRAJETO PATRIMONIAL DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

RUA DIREITA - A HERITAGE ROUTE OF COLONIAL RIO DE JANEIRO

Poliana Martins dos Santos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Helena Cunha de Uzeda – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O centro do Rio de Janeiro passou por muitas modificações desde a fundação da cidade em 1565. Entretanto, existem algumas construções remanescentes da época colonial, recorte histórico (1567-1808), que permanecem como testemunho da história e da cultura do país. Esses monumentos deveriam receber sinalização e fazer parte de uma espécie de percurso orientado que revelasse e valorizasse esse patrimônio. Esse trabalho realiza uma reflexão sobre as questões que envolvem a preservação e comunicação desses patrimônios do centro do Rio de Janeiro, bens que têm como característica serem pensados apenas com patrimônios materiais, mas que presenciaram e fizeram parte também de manifestações imateriais. A intenção da pesquisa foi realizar o levantamento dos prédios que fazem parte desse conjunto patrimonial e, a partir disso, observar em quais instâncias existem medidas de proteção para esses bens. Criando assim um itinerário, para preservação desses espaços e fazendo com que a população e observem a história da cidade através de seus prédios e igrejas. O IPHAN possui documentação de tombamento dos locais pesquisados enquanto o INEPAC e o IRPH não apresentam uma efetiva ação nesses mesmos bens. É importante ressaltar a relevância desses bens para a memória histórica do centro do Rio de Janeiro, lançando um olhar para a preservação e interpretação desse patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio carioca; centro colonial Rio de Janeiro; preservação arquitetônica.

Abstract: The center of Rio de Janeiro has undergone many changes since the city's founding in 1565. However, there are some remaining buildings from the colonial era, a historical period (1567 – 1808), which remain as a testimony to the country's history and culture. These monuments should receive signage and be part of a kind of guided route that reveals and enhances this heritage. This work reflects on the issues that involve the preservation and communication of these heritage sites in the center of Rio de Janeiro, assets that have the characteristic of being thought of only as material heritage, but which have also witnessed and been part of intangible manifestations. The intention of the research was to carry out a survey of the buildings that are part of this heritage complex and, from this, observe in which instances there are protection measures for these assets. Thus creating an itinerary to preserve these spaces and allowing the city's population and visitors to observe the city's history through its buildings and churches. IPHAN has documentation of listing of the sites surveyed while INEPAC and IRPH do not present effective action on these same assets. It is important to highlight the

relevance of these assets to the historical memory of the center of Rio de Janeiro, looking at the preservation and interpretation of this heritage.

Keywords: Rio's heritage; colonial center Rio de Janeiro; architectural preservation.

1 INTRODUÇÃO

O centro do Rio de Janeiro ainda possui relíquias do período colonial, que estão espalhadas pelo litoral do centro da cidade, entre o Morro de São Bento e o antigo Morro do Castelo, demolido em 1922, do qual, atualmente, só resta a Ladeira da Misericórdia. Seremos guiados pelo que no início da colônia era chamada de Rua Direita¹, hoje dividida como Rua 1º de Março e Rua Presidente Antônio Carlos. As relíquias que serão observadas neste trabalho são as construções entre 1567-1808 (Figura 1).

Figura 1 – Modelo de mapa do centro da cidade do Rio de Janeiro, em 1808. A numeração que aparece em vermelho assinala locais relevantes à época².



Fonte: Adaptado de ImagineRio. Disponível em: <https://legacy.imagineRio.org/#pr/1808/15/-22.904186342480042/-43.17176342010498/all/> Acesso em: 2 jun. 2023.

- ¹ A antiga Rua Direita era via mais importante da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e ligava o Largo da Misericórdia ao Morro de São Bento. O nome Primeiro de Março foi dado em 1875, em homenagem ao dia término da Guerra do Paraguai, que coincidia com a data de fundação da cidade do Rio.
- ² Legenda: 1- Ponta do Calabouço, Casa do Trem, Arsenal de Guerra, Quartel e Forte de São Tiago; 2- Igreja Nossa Senhora de Bom Sucesso e Ladeira da Misericórdia; 3- Igreja de São José; 4- Casa de Câmara e Cadeia; 5- Paço Imperial; 6- Convento do Carmo; 7- Igreja Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé e Igreja da Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo; 8- Praça XV; 9- Arco do Teles; 10- Igreja da Santa Cruz dos Militares; 11- Casa do Governador e Casa de Contos; 12- Igreja de Nossa Senhora de Montserrat e Mosteiro de São Bento.

A manutenção desse patrimônio do período colonial e a valorização de sua história viva podem ser mantidas por meio de itinerários culturais, “[...] trajetória ou percurso percorrido pelos visitantes, determinado pelo roteiro turístico da cidade” (Morigi; Milani; Massoni, 2020. p. 75), que são de suma importância para uma cidade com 457 anos de vida. Nesses termos, o Rio de Janeiro – que foi capital do Brasil de 1763 a 1960 – passou, ao longo de todos esses anos, por inúmeras mudanças estruturais, demolições e reestruturações, que acabaria por gerar alguns apagamentos no tecido da cidade, que nos leva a ter despertado o desejo de uma preservação de alguns testemunhos e seus porquês:

Preserva-se [...] a representação culturalmente construída que tais signos-significações [...]. A representação do imaterial, evidenciada nos traços mnésicos culturalmente construídos, estabelece os liames da contextualização como moldura para a imagem concreta, tangível, materializada do bem e instala-se como elemento interpretativo à forma cultural a ser estudada e salvaguardada (Lima, 2012, p. 35).

Preservar aquilo que é remanescente, seja do período colonial ou das décadas iniciais do século XX é salvaguardar a história da construção, não apenas da cidade, mas do próprio país, assim como da memória dos brasileiros.

Inicialmente, serão focalizadas as igrejas, que são o objeto da pesquisa de tese da autora, além de terem sido as primeiras construções realizadas na cidade, sendo a representação de algumas das primeiras ordens religiosas que chegaram à cidade e irmandades que foram formadas entre os homens leigos que se estabeleceram nas colônias.

Em relação aos prédios civis e administrativos o trabalho será dividido em duas categorias: 1) prédios que sofreram modificações; 2) prédios que foram demolidos para construção de prédios mais modernos, porém com o funcionamento similar ao anterior³.

Formando um percurso religioso e histórico que remonta à primeira rua da cidade, a Rua Direita, temos as igrejas: de Nossa Senhora de Bom Sucesso, de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Santa Cruz dos Militares, e de Nossa Senhora de Montserrat (do Mosteiro de São Bento). Em um percurso mais histórico, se poderia começar pela Ladeira da Misericórdia, passando pelo Museu Histórico Nacional, que abriga em seu conjunto arquitetônico a Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, a Fortaleza Santiago, a Prisão do Calabouço e o quartel. Seguindo o que seria a antiga Rua Direita, seria

³ 1- Paço Imperial, Museu Histórico Nacional e o Arco do Teles; 2- Casa de Câmara e Cadeia (Atual ALERJ) e Casa dos Governadores e Casa de contos (Atual Centro Cultural do Banco do Brasil).

possível ir diretamente para o prédio da ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), ressaltando que no período colonial, o edifício anterior ao atual também tinha função política. Ao lado da ALERJ encontra-se o Paço Imperial, localizado na Praça XV, centro do Rio, que foi construído no século XVIII para servir como residência dos governadores da capitania do Rio de Janeiro. Depois serviria aos Vice-Reis no Brasil e, com a chegada da Família Real portuguesa, serviria ao Rei de Portugal, D. João VI, e aos imperadores, Pedro I e II. O prédio passou por ampliações no século XIX e funciona, atualmente, como Centro Cultural. De frente para o Paço, do outro lado da rua 1^o de Março, estaremos diante do antigo Convento dos Carmelitas. Os padres carmelitas chegaram ao Rio de Janeiro em 1589, tendo a construção do prédio do convento se iniciado em 1619. A importância histórica do Convento do Carmo, localizado à Rua Direita, amplia-se quando, em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Rio, o prédio torna-se residência da Rainha Maria I de Portugal – local onde passaria oito anos de sua vida, até falecer em 1816 –, recebendo um passadiço que atravessava a rua Direita, ligando-o ao Paço Imperial. Em suas dependências também seriam instaladas, em 1810, a Real Biblioteca, cujos livros trazidos pela Família Real formariam o núcleo inicial da Biblioteca Nacional e, posteriormente, entre 1840 e 1896, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O prédio do antigo Convento do Carmo, após obras de restauro que preservaram suas antigas características, foi reinaugurado no início de 2022, abrigando o Centro Cultural da Procuradoria, com biblioteca, salão de exposições e bistrô abertos ao público (IPHAN)⁴.

Com todos esses pontos agrupados em uma parte da cidade, como seria possível interligá-los para que a população pudesse observar a história local de forma mais eficaz. É com esse questionamento e a observação dos patrimônios encontrados na Rua Direita que o artigo tem como objetivo, elaborar um percurso histórico e patrimonial por locais do centro da cidade do Rio de Janeiro colonial, nos quais ainda existam exemplares construídos representantes de patrimônio colonial religioso e civil, para a inclusão desses monumentos como parte da identidade carioca. É importante observar quais desses patrimônios estão tombados e em qual instância administrativa: federal, estadual e municipal, identificando os possíveis trajetos a serem feitos e identificando construções e locais como patrimônio material e imaterial.

⁴ Site GOV.br / IPHAN <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/restaurado-o-convento-do-carmo-um-dos-predios-mais-antigos-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 10 jun. 2024

2 RUA DIREITA DO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS MEMORIAIS E PATRIMONIAIS

Até esse momento foram tocados aspectos ligados à cultura material, mas a Rua Direita, vai muito além disso, tendo muitas camadas de patrimônio imaterial, entre as quais podemos citar as manifestações culturais, oficiais e populares, realizadas desde os tempos coloniais e imperiais, como as procissões e festas religiosas, acontecimentos de grande importância para a memória local.

Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas [...] que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural intangível, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e proporciona-lhes um sentido de identidade e de continuidade [...] (UNESCO, 2006, p. 4).

Escrever sobre um percurso histórico cultural no centro da cidade do Rio de Janeiro é observar diversos elementos que envolvem o Patrimônio material e imaterial, sendo que para compreender esses patrimônios utilizaremos o pensamento de alguns teóricos do campo da museologia e da história, utilizando também publicações de organizações, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)⁵, e de documentos de fonte primária, quando necessário.

Para se compreender o conceito de patrimônio imaterial é preciso buscar o momento da institucionalização nacional da proteção para o patrimônio imaterial, o que ocorre nos anos 2000, com a formalização do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Decreto 3.551/2000), quando se começou a conferir uma maior atenção institucional e social acerca da preservação de bens considerados do âmbito imaterial. Nessa pesquisa, a questão imaterial é uma parte muito presente no percurso cultural proposto, levando em conta a sucessão de igrejas que estão instaladas na Rua Direita.

As igrejas presentes nesse percurso são remanescentes históricos e artísticos de seu período, constituindo-se em bem material, expresso por sua arquitetura, e patrimônio imaterial por envolver ritos, festas e manifestações, que auxiliam no sentimento de identidade

⁵ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência das Nações Unidas (ONU), com sede em Paris, criada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial, para contribuir para a paz entre os povos, estimulando a educação, ciências naturais e humanas e a comunicação.

e sentido de continuidade, ao menos para boa parte dos habitantes. Essa imaterialidade confirma-se pela transmissão ao longo de gerações, confirmada por registros nos livros da igreja e relatos de antigos viajantes. Ao longo desse trajeto cultural pela antiga Rua Direita encontram-se prédios públicos, como o MNH (Museu Histórico Nacional), o Paço Imperial e o Palácio Tiradentes⁶. Esses prédios sofreram algumas alterações estruturais, mas se mantêm no mesmo local.

Em relação ao patrimônio material, não se deve deixar de refletir sobre os pontos que Françoise Choay debate em “Alegoria do Patrimônio” (2001, p. 96), como conceito de monumento histórico e analisar os valores que lhe são atribuídos. Durante a Revolução Francesa (1789-1799) discutiu-se muito a noção de Patrimônio, reavaliando o tratamento dado a determinados bens históricos.

São esses monumentos preciosos que pretendemos subtrair à foice destruidora do tempo [...]. Daremos a representação dos diversos monumentos nacionais, como antigos castelos, abadias, monastérios, enfim, todos aqueles que podem relatar os grandes acontecimentos de nossa história (Millin *apud* Choay, 2001, p. 96).

O percurso pela Rua Direita enquadra-se nesse sentido de reavaliação, que lança um olhar mais atento a diversos monumentos que ajudam a contar a realidade histórica e cultural da cidade do Rio de Janeiro, do período colonial até a contemporaneidade, assim como do país. Preservar esses locais vivos e fazer com que sua história seja conhecida é uma forma de não permitir que sejam destruídos ou esquecidos.

Choay categoriza valores que definem bens patrimoniais e nesse trabalho serão pontuadas as qualidades nacional, cognitivas e artísticas. O valor nacional é o primeiro citado por Choay, o que faz sentido por ser um orientador nas escolhas dos monumentos a serem preservados, o que serviu como base para as primeiras iniciativas, tanto do Comitê de

⁶ O Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926, funcionou como Câmara dos Deputados até 1960, da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, entre 1960 e 1975 e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, entre 1975 e 2021. Antes da construção do Palácio, havia um prédio de 1640, onde funcionou o parlamento imperial, que em seu piso térreo abrigava a Cadeia Velha do período colonial. Nela, Tiradentes esteve preso por três anos, até ser executado na forca, em 21 de abril de 1792. Tiradentes se dirigiu da Cadeia Velha em procissão pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, até o local onde foi enforcado, no antigo Largo da Lampadosa, atual Praça Tiradentes no centro do Rio.

Instrução Pública⁷, na França revolucionária (1792), quanto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro nome do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, criado em 1937, atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A elaboração desse trabalho, que apresenta locais do período colonial do centro do Rio de Janeiro, destaca a importância de desenvolver o conceito de valor nacional.

O valor nacional é o primeiro, fundamental. Foi ele quem inspirou, de ponta a ponta, as medidas de conservação tomadas pelo Comitê de Instrução Pública, quem justificou o inventário e o cortejo de todas as categorias heterogêneas da “sucessão” [...]. Reigl raciocina enfocando o monumento histórico, noção que prevaleceu por todo o século XIX e até a década de 1960, e não enfocando o patrimônio: este último conceito, forjado para designar bens pertencentes à nação e aos quais se pode aplicar um novo tipo de conservação, deixa, em parte, de ser pertinente e cai em desuso quando a Revolução chega ao fim (Choay, 2001, p. 116-117).

Para Choay o valor cognitivo consiste em:

[...] igualmente educativo, que se subdivide em uma série de ramos relativos aos conhecimentos abstratos e às múltiplas competências. [...] lembra Kersaint, os monumentos são “testemunhas irrepreensíveis da história”. [...] eles permitem construir uma multiplicidade de histórias – história política, dos costumes, da arte, das técnicas – ao mesmo tempo que auxiliam na pesquisa intelectual e na formação de profissões e dos artesanatos. [...] funcionam como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva [...] (Choay, 2017, p. 117).

O percurso da Rua Direita evoca todos os valores cognitivos relacionados por Choay, em locais podem ser visitados e estudados por diversas áreas. São locais históricos representativos da construção da cidade e do país. O centro da cidade do Rio possui, além disso, um valor artístico muito representativo, o que permite conceituar esse patrimônio no quesito artístico:

[...] o valor artístico do patrimônio monumental está em último lugar – condição compreensível numa época em que, salvo num meio culto e esclarecido, o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de estética mal acaba de surgir (Choay, 2017, p. 118).

Os conceitos estabelecidos pelas estéticas artísticas maneirista, barroca e rococó, surgidas na Europa entre o século XVI e o XVIII e que reconsideravam o sentido do belo, estão representadas em algumas igrejas do centro do Rio de Janeiro, que apresentam estrutura

⁷ Comissão de Instrução Pública foi uma comissão de assembleia criada pelo Legislativo e que funcionou de 1792 a 1795, no âmbito das alterações feitas pelo governo revolucionário francês.

arquitetônica, obras de escultura e pintura que seguiam aqueles estilos estéticos, dominantes no período. Os outros prédios civis no circuito da Rua Direita perderam algumas de suas características, como, por exemplo, o Museu Histórico Nacional, que é uma junção de prédios históricos, entre eles a Prisão do Calabouço, o Arsenal de Guerra e o Quartel, a Casa do Trem e o Arsenal com o pátio de Minerva – de todos eles, apenas a construção da Casa do Trem mantém suas características.

Para uma compreensão histórica desse período é importante o suporte teórico do Professor Nireu Cavalcanti, uma das maiores autoridades sobre história do Rio de Janeiro. Com sua visão sobre a criação da cidade do Rio até a chegada da Corte, o autor dá uma dimensão de como a Rua Direita foi importante e de que forma a estrutura de cidade se formou e se desenvolveu. O crescimento da malha urbana, o adensamento do centro e a sua forma de expansão ajudam a compreender a evolução dessa cidade que completará 460 anos em 2025. Para melhor compreensão deste processo, Cavalcanti explica:

Convém destacar que, toda vez que se tratava da fundação de cidades, o governo português instrua a autoridade responsável de dois importantes documentos: “Regimento” e o “Foral”. Estabeleciam eles as normas jurídicas, administrativas e de estruturação do poder local, além de traçarem diretrizes gerais para a escolha do sítio e constituição da vila ou cidade. Lamentavelmente, no caso da cidade do Rio de Janeiro, nem o Foral nem o Regimento – que de regra deveriam ter acompanhado Estácio de Sá –, apesar de que citados na documentação referente às sesmarias, jamais foram localizados, restando a dúvida se realmente o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro trouxera-os ou não consigo (2004, p. 23).

Compreender a formação da cidade desde seus primeiros anos de existência, observar a estrutura de construção organizada pelos portugueses e a influência religiosa, das irmandades às igrejas, nas demandas da cidade faz parte do entendimento do que a rua Direita representava e o que representa para a cidade nos dias atuais.

Ao examinar os pontos comuns dos diversos compromissos das irmandades, detectei dez objetivos principais que norteavam sua existência: a) ampliar o espaço do indivíduo para além do círculo familiar; b) inseri-lo na sociedade pelo exercício de papéis definidos e públicos na hierarquia social, política, cultural e religiosa; c) desenvolver o espírito público incutindo o respeito às leis vigentes e ao monarca, bem como o orgulho pela origem lusitana; d) trabalhar em benefício da coletividade, principalmente pelos pobres; e) voltar-se para os valores da religião católica e buscar a salvação das almas dos membros da organização; f) congregar-se em torno da devoção do padroeiro da irmandade; g) ajudar os irmãos nas dificuldades financeiras, de saúde e sobretudo na velhice desamparada; h) proteger as viúvas e os órfãos; i)

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

assegurar o atendimento religioso aos enfermos e moribundos e rezar pela salvação de suas almas; j) enterrar os mortos (Cavalcanti, 2004, p. 207 e 208).

Dentro do âmbito social da cidade colonial temos as igrejas como o centro de criação e controle, assim como o fortalecimento dos vínculos entre os indivíduos da comunidade – ou seja, o templo religioso, além da sua função litúrgica, desempenhava uma centralidade na vida social da colônia. Entretanto, atualmente essa função comunitária não está mais restrita apenas à igreja, com os encontros sociais tendo se espalhado por instituições culturais, como o Centro Cultural do Banco do Brasil, e restaurantes presentes na, agora, Rua Primeiro de Março. Restaram do período colonial as igrejas de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé; da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e a Igreja de Santa Cruz dos Militares.

Com todas essas nuances e tipos de patrimônios encontrados neste itinerário, devemos pensar em quais agentes patrimoniais podem ser responsáveis por eles e como eles devem pensar esse patrimônio:

As vertentes das modalidades culturais interpretativas compostas pela Patrimonialização e Musealização integram o perfil dos agentes da ação de responsabilidade social e são legitimadas para zelar por um conjunto de bens, detentor de valor cultural e destinado à transmissão como herança coletiva. [...] Em síntese, um processo que a dimensão da cultura construiu interligando as formas simbólicas exercidas pela Museologia e pelo Patrimônio (Lima, 2012, p. 48).

Nesse caminho temos o MHN e o Paço Imperial, que funciona como centro cultural, instituições que poderiam ser os agentes responsáveis por zelar pelo reconhecimento dessa memória, trazendo a sensação de pertencimento local ao carioca que frequenta diariamente essa região.

A identidade representa a noção de pertencimento. O indivíduo que se reconhece no seio da coletividade reflete a posse coletiva de atributos comuns a todos os membros e a transmissão de um modelo existencial, normativo, constituindo-se em herança cultural, isto é, um Patrimônio indenitário (Lima, 2012, p. 48).

A noção de pertencimento no indivíduo deveria ser trabalhada desde os primeiros anos de vida, pelos pais e incentivada em locais como as escolas. A falta da sensação de pertencer culturalmente e ter conhecimento sobre a própria cidade entre parte dos cariocas pode vir da falta de políticas que incentivem passeios culturais ou da falta de tempo para dedicar a essas atividades. Adotando um viés propositivo, um possível apontamento, para ocorrer uma transformação acerca disso, seria que as empresas e instituições públicas locais

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

incentivassem seus empregados a realizar esses passeios, criando laços locais e divulgando a memória e o Patrimônio Cultural.

É necessário criar uma memória para uma preservação dos espaços e uma identificação do público com os espaços.

A Memória é processo da “ordem dos vestígios” e “releitura desses vestígios” (LE GOFF, 1984b, p. 11) apresentando propriedades de conservação/persistência e atualização de certas informações -- o conhecimento do passado está em estado virtual de evocação. Também, possui função de comunicação entre as gerações, pois realiza a transmissão de um modelo existencial/normativo (do mundo natural associado ao social) à maneira da já citada passagem da recordação. Comporta o conjunto das Manifestações Culturais relacionadas aos comportamentos sociais (Agir/práticas coletivas) e às mentalidades (Pensar/representações mentais coletivas) e, retornando à fala de Bourdieu, pode-se dizer que sua ambiência envolve o relacionamento simbólico das estruturas mentais e sociais (Lima, 2008, p. 38).

Esse relacionamento simbólico poderia ser estabelecido a partir da participação num simples percurso mediado, que passasse informação e trouxesse recordação da cidade colonial, mantendo-a assim viva em todos os seus estratos.

Regressando ao histórico da cidade do Rio de Janeiro, no livro dedicado à memória de suas ruas mais antigas “História das Ruas do Rio”, onde o autor, Brasil Gerson, descreve esses caminhos desde sua formação. A obra descreve um grande número de ruas do centro da cidade e suas histórias, o que auxilia a observar e refletir sobre a Rua Direita e seu entorno. Gerson revela informações não só sobre algumas ruas importantes, mas sobre a própria construção da cidade:

Fundada a cidade, três igrejas começaram a ser construídas logo, em 1567, para os seus devotos moradores: a de S. Sebastião e a do Bom Jesus dos Perdões, dos padres da Companhia, esta no colégio, no alto do morro, e embaixo, no largo, a que se tornaria conhecida como da Misericórdia e de N. S. do Bom Sucesso, padroeira da Santa Casa. Foi num de seus altares que primeiro esteve a imagem de N. S. de Copacabana [...]. O culto da Virgem de Bom Sucesso foi nela iniciado em 1637 pelo padre Miguel da Costa (2013, p. 17).

Nesse relato pode-se compreender o quanto as igrejas do centro do Rio precisam ser valorizadas, considerando seu papel da história e da cultura da cidade. A descrição sobre a hóstia e o registro em forma de pintura devem ser preservados e musealizados. A Igreja da Nossa Senhora de Bom Sucesso, a Santa Casa de Misericórdia e a Ladeira da Misericórdia são

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

as únicas construções ainda sobreviventes do antigo Morro do Castelo, local que marcava o início da construção da cidade.

O método utilizado para a pesquisa foi exploratório, bibliográfico, documental e qualitativo, a partir de levantamento feito em instituições como IPHAN, INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e o IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade), para identificar os locais que já possuem a inscrição como bens tombados, além de pesquisas realizadas em fontes primárias como decretos, artigos de periódicos de época e entidades nacionais e internacionais, para a fundamentação teórica do trabalho.

3 LEVANTAMENTO DENTRO DAS INSTÂNCIAS DE TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS DA RUA DIREITA

Os dados levantados sobre os locais tombados foram organizados levando em conta como cada instituto (IPHAN, INEPAC e IRPH) registrou os bens tombados levantados, o tipo de tombamento e ano da sua formalização, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Local, instância de tombamento, ano de tombamento e situação do tombamento

Bem tombado	IPHAN	INEPAC	IRPH
Trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia	Infraestrutura ou equipamento urbano (1954)	Tombamento definitivo (1965)	-----
Igreja Santa Cruz dos Militares	Edificação e Acervo (1938)	-----	-----
Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Edificação e Acervo (1938)	Tombamento Provisório (2015)	-----
Hospital Santa Casa de Misericórdia	Edificação (1938)	-----	-----
Igreja de São José	Edificação e Acervo (1938)	-----	-----
Mosteiro e Igreja de São Bento	Edificação e Acervo (1938)	-----	-----
Ordem Terceira e as edificações anexas à Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Conjunto Arquitetônico (1938)	-----	
Arco do Teles	Edificação (1938)	-----	-----
Paço Imperial	Edificação (1938)	-----	-----
Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé	Edificação e Acervo (1938)	-----	-----
Praça XV de Novembro, 101 (Academia do Comércio) (Antigo Convento do Carmo) Atual Centro Cultural da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGERJ.	Edificação (1962)	Tombamento Provisório (2008)	-----

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Bem tombado	IPHAN	INEPAC	IRPH
Arco e oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança localizado na Rua do Carmo entre os fundos das Igrejas de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé e da Ordem Terceira	Bem móvel ou integrado (1958)	-----	-----
Luminárias existentes nas ruas da Conceição, Senhor dos Passos, Alfândega, Ouvidor e Praça XV de Novembro, inclusive as ruas e becos adjacentes	Bem móvel ou integrado (1979)	-----	-----
Área central da Praça XV de Novembro e imediações	Conjunto urbano (1986)	-----	-----
Palácio Tiradentes	Edificação (1992)	-----	Decreto nº 11.292 de 20-08-92. Tombamento Provisório.
Prédios do Museu Histórico Nacional e coleções	Edificação e Acervo (1997)	-----	-----
Centro Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	Conjunto urbano (2002) Indeferido.	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Observando o Quadro 1 é possível notar que os locais em sua maioria estão protegidos pela instância federal (IPHAN), enquanto no instituto estadual (INEPAC) e no municipal (IRPH) os mesmos bens quase não apresentam registros. Nos anos iniciais do IPHAN, especificamente em 1938, a busca por salvaguardar os bens dos períodos colonial e imperial foi baseada no “valor nacional”, seguindo a visão de Choay (2001, p. 116), o que resultou na preservação de muitos edifícios civis e igrejas. Pelas datas de tombamento, a maioria dos bens salvaguardados pelo IPHAN nos primeiros anos do instituto foram validados pelo critério da relevância nacional, uma influência que, certamente, foi determinada pelo fato do Rio haver sido capital⁸ entre 1763 e 1960 – até 1960 quando foi transferida para Brasília, Distrito Federal – o que motivou a construção de muitas igrejas e prédios civis. Na cidade do Rio de Janeiro ficava a sede principal do IPHAN, fazendo com que a história da cidade e de seus monumentos ficassem mais visíveis ao instituto.

Considerando a realização desse caminho pela Rua Direita, suas histórias e patrimônios, a importância do reconhecimento desses bens, não apenas em suas expressões isoladas, mas como um conjunto patrimonial carioca. Esses bens, alguns pouco visitados e

⁸ O Rio de Janeiro foi capital no período colonial de 1763 a 1808, do império português, de 1808 a 1822, do império brasileiro de 1822 a 1889 e da República do Brasil, de 1889 a 1960.

reconhecidos pela população, como o MHN e o Paço Imperial, poderiam oferecer informações ao visitante sobre a trajetória histórica desses espaços e sua relação com o entorno, dando maior significado a esse patrimônio conjunto. A musealização dessas áreas, vista como processo que deve partir da sociedade, a partir de valores sociais construídos e partilhados, tem influência para a e difusão de uma memória coletiva, como está ocorrendo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que irá transformar o prédio do Palácio Tiradentes em Museu da Democracia⁹, integrando o monumento a sua história e a da cidade.

Neste circuito patrimonial da Rua Direita, de prédios religiosos e civis, temos Patrimônios Imateriais, que não estão contemplados. Observando o Quadro 1, percebe-se que apenas patrimônios materiais estão registrados. Como o maior número de bens tombados nesse circuito são ligados à igreja católica, é preciso dirigir uma atenção ao patrimônio imaterial e também às histórias locais sobre a Rua Direita, Praça XV e arredores. Todo esse capital imaterial deveria ser inventariado e tombado da mesma forma que os bens materiais, evitando assim o esquecimento de ritos, comemorações e histórias ligadas à religiosidade ou a manifestações festivas laicas que cercam a Rua Direita. Para que esses bens imateriais tenham a devida salvaguarda é fundamental discutir com as partes responsáveis (IPHAN, INEPAC e IRPH) e com a sociedade, que deve ser a principal mantenedora dessas manifestações.

Nas discussões sobre o patrimônio, as possíveis observações sobre a parte histórica, artística e social da cidade devem seguir o sentido de musealização, que embute o compromisso de preservação, pesquisa e comunicação, devendo expor ao transeunte toda a relevância desses patrimônios conjugados num mesmo espaço, cuja relação conexa deixa à mostra uma grande riqueza cultural, permitindo que os que transitam por esse circuito passem a olhar a cidade de uma forma mais abrangente.

Além do exemplo da ALERJ, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE/RJ) vem contribuindo para recuperar a discussão sobre a ocupação do centro da cidade do Rio de Janeiro, com a inauguração do Centro Cultural da Procuradoria Geral do Estado, localizado no antigo Convento do Carmo, em frente ao Paço Imperial. A Procuradoria Geral do Estado assumiu o compromisso de cuidar do edifício que passou por um grande restauro e hoje pode ser visitado pelos que trafegam pelo circuito da antiga Rua Direita, onde é possível, a partir de

⁹ Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/51113> Acesso em: 2 maio 2024.

iniciativas com base cultural, assistir palestras semanais apresentadas por estudiosos da história do Rio de Janeiro e de seus personagens¹⁰.

Essa ideia de uma busca pela institucionalização desse circuito cultural, composto por uma maior informação e compreensão desses bens listados no trabalho é uma forma de valorização e também de contribuir passando às próximas gerações a importância desses bens para a manutenção do fio histórico de uma memória cultural. Atualmente, existem grupos e movimentos que fazem esses trajetos culturais a pé, entre eles turismólogos e historiadores que realizam diversos circuitos por pontos diferentes do centro e em outras partes da cidade, passeios esses que são divulgados pelo Instagram e Facebook através do perfil Rio Antigo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão, a pesquisa e a difusão desses patrimônios, seja no meio presencial ou digital, colabora com a preservação da memória e para a salvaguarda desses espaços culturais, para além do tombamento institucional. Entretanto, devemos ressaltar que políticas culturais, que difundissem o conhecimento e o reconhecimento pela população desses locais e edifícios históricos, por meio da valorização de sua memória, faria enorme diferença na preservação do Patrimônio da cidade do Rio.

Dessa forma, é possível notar o quanto a primeira rua colonial do Rio de Janeiro, a Rua Direita – atual, Rua Primeiro de Março – possui uma parte de um patrimônio representativo de estratos de histórias e memórias que sobreviveram, ainda que adormecidas e muitos não reconhecidos por grande parte das pessoas que transitam pela região, o que alimenta a ideia de criação de um percurso que pode ser difundido dentro de instituições já existentes e que circundam o local. Todos esses espaços contemplados no presente trabalho são fonte de história, memória e informação, e organizar uma estrutura que possa reunir esses lugares de memória histórica e de grande poder simbólico com a intenção de não deixar que sejam apagados, impulsionando também mais pesquisas sobre o período colonial e imperial, seu patrimônio e seus personagens, destacando arquitetos, artistas e manifestações populares que marcaram a história desse logradouro.

¹⁰ As palestras são realizadas presencialmente, entretanto após alguns dias são disponibilizadas no You Tube, como por exemplo, a da Professora Mary Del Priore. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TCsJp3DpR74> Acesso: 20 maio 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Os patrimônios material e imaterial estão entrelaçados nesse percurso, sendo a valorização desses bens de forma integrada é possível e necessária, dependendo, porém, de uma política cultural com ações mais efetivas que permitam a difusão do conhecimento sobre a história e a trajetória cultural que pode tornar o espaço e seus patrimônios legíveis para os que por eles transitam, Esse testemunho histórico vivo em locais e bens patrimoniais no centro do Rio de Janeiro precisa ser desvelado para cariocas e para os visitantes, permitindo uma melhor compreensão e valoração da história desses espaços.

A Prefeitura do Rio de Janeiro está atualmente voltada ao desenvolvimento de um projeto que estimula a ocupação de moradias do centro da cidade, que se encontra esvaziado e desvalorizado, apesar de toda carga cultural que representa, num esforço requalificar o espaço e, talvez, ajudar ao sentido de pertencimento dos cariocas.

Estes espaços que envolvem a antiga Rua Direita, coração da urbanização carioca, representa mais do que um corredor de passagem do dia a dia da cidade, precisando expressar história e memórias, cabendo às entidades públicas auxiliarem à recuperação dos patrimônios materiais e imateriais, salvaguardando esses vestígios que se mantêm silentes na paisagem ao longo do percurso cultural da mais antiga rua da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 3.551/2000, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Editora Bem-te-vi, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Lista de Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 31 maio 2024.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (Rio de Janeiro). **Lista de Bens Tombados pelo Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INEPAC, [2024]. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>. Acesso em: 27 maio 2024.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. **Lista de Bens Tombados pela Prefeitura**. Rio de Janeiro, RJ, IRPH, [2004]. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/irph>. Acesso em: 3 jun. 2004.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões. **Museologia e patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul/dez 2008. p. 33-43. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/4/160>. Acesso em: 26 mar. 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100004>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MORIGI, Valdir Jose; MILANI, Luciana; MASSONI, Luis Fernando Herbert. Itinerários memoriais: a cidade e seus patrimônios culturais na narrativa turística. **Mouseion**, Canoas, n. 35, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/mouseion.v0i35.6491>. Acesso em: 10 set. 2024.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Histórico do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, [2024]. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa. **ALERJ: História**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2024. Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Alerj/Historia?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 3 jun. 2024.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial**: Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> Acesso em: 9 jun. 2024.